



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
PROJETO DE PESQUISA
ALUNA: PRISCILA FAULHABER BARBOSA
ORIENTADOR: JÚLIO CEZAR MELATTI

OS MIRANHAS - ÍNDIOS E NÃO ÍNDIOS EM TEFÉ

Alegramo-nos de estar aqui dispersos,
Pois uns aos outros bem nenhum fazíamos,
Sob uma árvore ao frescor do dia, com a ben-
ção das areias
Esquecendo uns aos outros e a nós próprios,
reunidos
Na quietude do deserto. Eis a terra
Que dividireis conforme a sorte. E partilha
ou comunhão
Não importam. Eis a terra. Nossa herança.

QUARTA FEIRA DE CINZAS
T.S. Eliot

I. INTRODUÇÃO

A) O TEMA

Sendo o tema deste estudo a relação entre etnicidade e política, ele será problematizado na investigação da ideologia do contato em uma área de fronteira agrícola.

Este estudo pretende se situar dentro da tradição antropológica que deslocou sua ênfase da estrutura para o processo. Trata-se, enfocando a ideologia como dimensão de um objeto também histórico e geográfico, de trilhar uma via interpretativa dos processos sociais, a partir da reflexão sobre a teoria do contato interétnico.

Considerando a história da Amazônia como unidade analítica mais inclusiva, e observando-se neste processo o confronto de grupos sociais com componentes étnicos, pretende-se analisar os fatores sociais da mudança. Serão enfocadas as relações interétnicas e intertribais, assim como as cisões e alianças entre os grupos sociais na conjuntura atual de uma região determinada.

Foi escolhida para esta pesquisa a área do município de Tefé. Entre os índios que aí habitam (Miranha, Cambeba, Mayorúna, Tukúna), serão privilegiados na análise os Miranhas.

A situação vivida pelos Miranhas hoje é resultado de uma história, e de deslocamentos espaciais do grupo. O exame da situação atual e da história do contato é necessário ao estudo da ideologia do contato, das relações interétnicas e intertribais, de oposições ou colaboração com outros grupos ou segmentos de grupo sociais.

Sabe-se, através de cronistas, que os Miranhas sofreram o impacto do extrativismo das drogas do sertão e da frente seringalista.

Hoje, cerca de 260 pessoas (36 famílias) vivem na aldeia do Miratu, delimitada na década de 20 pelo (SPI, 1931:218/220), e considerada pelos membros do grupo como propriedade comunal. Vendem farinha e castanha a comerciantes locais, estando sujeitos a estes mediante dívida.

B) PESQUISA DE CAMPO

Durante um levantamento preliminar na região de Tefé, cuja duração foi de aproximadamente 40 dias, foi estabelecido um contato inicial com a população indígena do município. Fui diretamente à aldeia do Miratu, levando comigo um relatório sobre a situação dos índios Miranhas de tal aldeia, realizado em 1977 por solicitação da FUNAI pela antropóloga Sílvia Tafuri. Além da descrição da organização das atividades econômicas do grupo naquele ano, o relatório fazia referências explícitas à relação dos Miranhas com os comerciantes locais, e às agências que atuavam na área então. Um fato recente, segundo a antropóloga, era o financiamento aos miniprodutores rurais de Tefé pelo Banco do Brasil.

Apresentando-me ao tuxaua, demonstrei disposição em ler com os Miranhas o relatório, dizendo-lhe que fazia parte de meu trabalho atualizar os dados nele contidos. Quatro anos haviam se passado e eu pretendia saber as mudanças ocorridas na situação do grupo.

Dois dias depois, foi realizada uma reunião onde estive presente grande parte da comunidade. Apresentei-me ao grupo, pedindo que discutissem comigo o relatório, explicando-me o que mudara entre 1977 e 1981. Soube, assim, através de uma entrevista à coletividade reunida em assembléia, dados substanciais a respeito da situação atual do grupo e sobre a atuação de agências da sociedade envolvente. Os Miranhas demonstraram estarem habituados na discussão coletiva de seus problemas e sensibilidade para revelá-los a um pesquisador.

Acompanhei alguns Miranhas a Tefé (a oito horas de distância em barco a partir do lago do Uarini), cidade frequentada com regularidade por eles e onde estabelecem relações com agências da sociedade nacional. Como já havia sido informada através de críticas dos Miranhas sobre a atuação de tais instituições, pude em um período de 5 dias obter dados concretos sobre a conjuntura regional e a situação dos Miranhas nesta conjuntura, assim como as relações travadas com as agências. Os comerciantes, os técnicos das instituições públicas (em geral provenientes de outros estados), e a equipe da Prelazia de Tefé pareceram-me formar grupos expressivos na correlação política local.

Voltando à aldeia com os Miranhas, disposta a colher dados necessários a uma etnografia inicial, observei conflitos e cisões in

ternos ao grupo referentes a disputas por poder e recursos da comunidade. Nestes conflitos, onde contrapunham-se interesses individuais e coletivos, agrupavam-se facções. Observei em sua organização a evidência de componentes étnicos. Embora sua nomenclatura parecesse orientar critérios de inclusão ou exclusão ao grupo, as tensões durante minha permanência na aldeia resultaram em identificações e alianças entre categorias contraditórias. Foram realizadas mais duas assembléias coletivas, e as tendências disruptivas foram aparentemente conciliadas.

Pareceu-me sugestiva, de outra parte, toda uma rede de relações existentes entre a comunidade do Miratu, e outras comunidades indígenas ou não indígenas da região. Em assembléias intertribais, discutem os problemas comuns com os Kanamaris do Alto Jutaí, com os Cambebas, do lago Jaqueri, com os Mayorúnas do Igarapé Marajaí, com os Miranhas do Igarapé Méria. Na festa do carnaval, por exemplo, o músico convidado para tocar na vila do Maranhão, no lago do Uarini, foi o Tuxaua da aldeia do Méria. Os Miranhas do Miratu estabelecem relações intercomunitárias também com grupos não indígenas, como jogos de futebol.

Tive oportunidade de visitar as outras comunidades indígenas do município de Tefé acima referidas, ou seja: a aldeia Miranha do Méria (77 habitantes), a aldeia Mayorúna do Marajaí (135 habitantes) e a aldeia Cambeba do Jaqueri (59 habitantes). Observei a recorrência daquelas relações: Os Mayorúnas e os Cambebas, por exemplo, vem realizando há cerca de um ano "ajuri" intercomunitário, com a presença maciça de ambos os grupos.

Este tipo de solidariedade é incentivada pela atuação do Movimento de Educação de Base e da Prelazia de Tefé, mas é importante notar que a colaboração ocorre sem a participação direta de tais agências, ou mesmo sem elas tomarem conhecimento disto.

II. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Foi empreendido, entre as décadas de 1950 e 1960, por representantes da antropologia social inglesa, um deslocamento do foco analítico para a interpretação dos processos sociais. Até então, a abordagem das estruturas cujo principal marco foi o pensamento de Radcliffe-Brown, representava uma ruptura e aprofundamento do enfoque funcionalista fundado por Malinowski. De acordo com Swartz, Turner e Tuden (1966:3), esta alteração não se dava por acaso. Os territórios submetidos anteriormente à política colonial europeia na Ásia, África e Pacífico, passavam por mudanças políticas que culminaram na independência. Muitos antropólogos pesquisaram então os fatores sociais disruptivos, tratando assim das desigualdades e confrontos entre grupos sociais e étnicos.

O primeiro passo fora dado na década de 1940, quando Gluckman escreveu "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand". Segundo este autor, cada "situação social" se inscreve em "um processo de relações sociais entre pessoas e grupos específicos em uma cultura e sistema social" (1967:XV). As "situações sociais" eram relacionadas entre si no sistema social tomado, para revelar o sistema de relações subjacente. (1958:9) Deixava de ter importância central o conceito de "estrutura social" concebida em termos abstratos, associado a "formas estruturais" estáticas (Firth, 1971:53).

Gluckman considera a oposição entre dois grupos étnicos distintos: os Europeus e os Zulu (1958:13), sendo o primeiro dominante. Apesar de opostos, ocorria colaboração entre os dois grupos (1958:18). De acordo com as diferentes situações, brancos e negros deslocavam-se entre grupos subsidiários dentro dos dois grupos principais. O conflito entre os diferentes grupos sociais seria provocado por diferentes interesses e valores, em diferentes situações (1958:25), e a superioridade política do grupo branco um fator social para o equilíbrio (1958:25). Mas tratava-se de um estado de "equilíbrio temporário", pois os conflitos na estrutura social considerada provocavam mudança (1958:27). Analisou portanto a "alteração e ajustamento do contrapêso entre os grupos" (1958:27); ou seja a relação entre estados de equilíbrio sucessivos e em momentos distintos das relações entre brancos e negros.

Apesar de crítica em relação à tradição antropológica inglesa, a abordagem de Gluckman mantinha traços recorrentes com aquela, pois tratava com pontos de equilíbrio instável em uma estrutura social

em permanente fluxo, apesar dos momentos de disrupção provocados pelo confronto entre os grupos em oposição. De acordo com Van Velsen (1967:139), Gluckman parte do princípio que "normas conflitivas", organizadas segundo diferentes princípios, podem contribuir para a "coesão social e política".

Firth, ao construir o conceito de "organização social", considera a importância do exercício da escolha pelos agentes sociais. A ação e as relações sociais são ordenadas tendo em vista fins sociais. Propunha a análise do "aspecto organizativo da ação" (1971:53). O "exercício das decisões" (1971:54) e o fator tempo ordenariam as relações sociais (1971:55). Deslocava-se a ênfase da noção de estrutura ao estudo dos processos sociais, ao "exame do modo em que podem variar as relações básicas" (1958:9).

O estudo da política seria definido por Swartz, Tuden e Turner como "estudo dos processos em determinar e implementar objetivos públicos, e no alcance diferencial e uso do poder pelos membros do grupo concernente com estes objetivos" (1966:7). A atividade política incluiria, para estes autores, a disputa manifesta ou latente sobre a distribuição, alocação ou uso do poder público, tendo como decorrência ou a alteração da ordem existente, ou sua preservação (1966:6).

Ainda de acordo com estes autores, a unidade de análise da antropologia política é o "campo político", definido por Turner como "competição por recursos e valores" (1975:127). Ele se move como um "campo de tensão" em um "continuum temporal-espacial" (1966:8). Conforme a mudança de interesses, a extensão territorial e o alcance social do "campo político" reagem, contraindo-se ou expandindo-se. As relações de poder, portanto, dentro dele, são instáveis e provocam desequilíbrios. (1966:28). O enfoque não incide mais sobre o funcionamento das estruturas sociais, mas o que acarreta transformações no sistema: o contraditório, as tensões, que levam ao conflito (Van Velsen, 1967:132).

Os suportes do comportamento político seriam para Turner, Swartz e Tuden, a força e a legitimidade. A noção de legitimidade envolve um "conjunto de expectativas nas mentes daqueles que aceitam a legitimidade", sendo estabelecida assim uma conexão entre o processo de legitimação e os valores (1966:10).

A atividade política ocorre como resultado da oposição entre grupos sociais, movendo-se através das fronteiras dos grupos. No

campo político, observam-se, portanto, confrontos e acordos, associações e contrastes entre dois grupos (1966:29).

Roberto Cardoso de Oliveira, propondo a reflexão do conflito interétnico na formação econômico social brasileira, conceitua grupo étnico como um caso particular de grupo social, refletindo a noção de grupo étnico construída por Barth com um sentido relacional ou seja, a auto atribuição e atribuição por outros, de identidades contrastivas.

Afirma Barth, criticando a postura culturalista, que o "fato de partilhar uma cultura comum é mais implicação ou resultado do que características primária ou definitiva de organização do grupo étnico" (1969:11). Os limites entre os grupos étnicos tomados como focos de investigação podem conforme Barth ser sociais ou territoriais, implicando a disputa por recursos e valores. O domínio da noção de grupo étnico é, segundo Cardoso de Oliveira, o da organização. Outro aspecto do mesmo fenômeno seria para o autor a noção de identidade étnica, de domínio ideológico (1976:XI).

A noção de identidade étnica tem caráter relacional, e pressupõe a interação entre portadores de etnias diversas. A "identidade contrastiva", implicando o confronto com outras identidades, é considerada por Cardoso de Oliveira a "base definitiva da identidade étnica" (1976:45). Ainda segundo este autor, o caráter ideológico das identidades étnicas prescreve que elas sejam referidas ao "sistema de relações sociais que lhes deram origem" (1976:50). Seu estudo implica desta forma o estudo das relações sociais geradoras.

Cardoso de Oliveira pensa as relações de contato entre índios e brancos dentro do quadro teórico de uma situação de colonialismo interno, na qual as frentes de expansão da sociedade nacional teriam como presas de seus interesses políticos e econômicos a força de trabalho e o território indígenas (1962:353).

As frentes de expansão da sociedade envolvente, no Brasil, apresentaram para as nações indígenas sua inserção na sociedade de classes. A partir do primeiro contato com uma destas frentes, a situação do povo em questão não poderá mais ser pensada isoladamente. O sistema interétnico, por outro lado, não constitui uma unidade sincrônica, mas transforma-se dentro do processo social e histórico. O conflito interétnico seria um fator social detonador de mudança no sistema das relações interétnicas. Este se apresenta, de acordo com Cardoso de Oliveira, em "permanente equilíbrio instável", sendo

o próprio conflito (seja manifesto ou latente) um "fator dinâmico do sistema" (1976:58). O impacto da sociedade nacional através de suas frentes sobre cada população indígena deve ser pensado em suas dimensões econômicas, políticas, sociais.

Trata-se, portanto, de detectar as transformações dentro do grupo étnico em questão, ou seja: "pontos críticos" que levaram o grupo a novas formas organizativas, e os fatores sociais condicionantes desta mudança. Estes fatores deverão ser pesquisados no próprio impacto das frentes da sociedade nacional sobre o grupo em questão, e nas respostas desencadeadas pelo grupo.

O conflito interétnico pode acarretar mudanças na organização do grupo étnico sob pressão, como deslocamentos geográficos, perda das tradições, morte. Estas mudanças não implicam, porém, necessariamente, a desapareição drástica do grupo. Ele pode, apesar de deslocamentos espaciais, ou perda da língua, manter-se como um tipo organizacional, encontrando um novo ponto de "equilíbrio instável" que lhe permite a sobrevivência.

Martins acrescenta à conceituação de frente de expansão o fenômeno dos movimentos migratórios que tornaram efetiva a ocupação do território. Segundo este autor, a sociedade nacional se expande "sobre os territórios tribais através do deslocamento dos posseiros" (1980:75).

Este padrão de ocupação territorial, de acordo com Martins, se altera com o surgimento de outro gênero de frente, conceituada por ele como "pioneira". Seu movimento seria "constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território. É a grande fazenda, o bando, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado" (1980:75).

Os dois gêneros de frente conceituadas por Martins estariam condicionados ao capitalismo, mas na "frente pioneira" seria observável uma alteração em intensidade nas formas de apropriação e acumulação.

Um "campesinato indígena" foi definido por Cardoso de Oliveira como "grupos indígenas remanescentes praticamente destituídos de sua 'cultura tradicional' embora mantendo viva a identidade étnica, o que os torna desapercibidos, enquanto índios, das populações regionais", vinculados como estas ao mercado (1976:78). Estes cam-

poneses índios seriam personagens por excelência do conflito inte
rétnico (latente ou manifesto), pois se encontram submetidos a rela
ções de sujeição/dominação mais acentuadas que as impostas aos cam
poneses não índios.

Pode-se definir o campesinato como pequenas comunidades ru
rais organizadas coletivamente, mas tendo como unidade básica da or
ganização econômica e social a propriedade familiar, cuja principal
fonte de subsistência seria a agricultura, submetidos e explorados
por forças externas, pois precisam permutar seus produtos por ou
tros gêneros necessários à sobrevivência que não produzem. Consti
tuiriam, desta forma, um segmento de classe, inseridos em um proces
so social e histórico mais amplo que os limites do grupo (Shanin,
1980:50).

Acrescente-se a esta conceituação a noção de um "campesinato
marginal" (Velho, 1972), dedicando-se à agricultura de subsistência
e voltado ao mercado enquanto consumidor de certos produtos obtidos
vendendo aos comerciantes parte da produção, tornando-se submetidos
a estes mediante dívida.

A noção de "campesinato comunal", construída por Oliveira Fi
lho (1980) indica um processo de apropriação coletiva da terra como
meio de produção. Visto que os índios em estudo vivem em uma aldeia
e consideram a terra de propriedade da comunidade, tendo sido ela
delimitada pelo antigo SPI, a última noção serve a este estudo.

Por outro lado, é suposição suscetível de pesquisa se as rela
ções de sujeição dominação que caracterizam o conflito inter
etétnico são ocultas por uma ideologia igualitária. Melhor dizendo: a assime
tria das relações entre índios e brancos em uma região de fronteira
agrícola, quando o conflito é latente, pode estar encoberta por re
lações supostamente igualitárias entre camponeses índios e não ín
dios, sujeitos ambos aos comerciantes locais.

Detectada a situação do contato, e os conflitos emergentes do
"campo político" das relações inter
etétnicas, tem-se em vista organi
zar as identidades em oposição. Elas emergem dentro do contexto da
sociedade de classes e histórica, servindo como elementos classifi
cadores. Caberia aí verificar a natureza da relação entre linha ét
nica e linha de classe. É necessário, contudo, aperfeiçoar primeira
mente um instrumental teórico que permite refletir a relação entre
os grupos sociais em contraste.

A dicotomia entre polo dominante e polo dominado, embora manifeste contradições reais, é simplificadora. Podem ser observados no "campo político" conflitos e interesses contraditórios entre segmentos de classe, entre grupos tribais distintos, entre etnias distintas em um mesmo segmento de classe ou entre os elementos de um "campesinato comunal", cuja definição implica apropriação coletiva da terra.

Facções foram definidas como "grupos não estáveis" (Firth, 1957:293). Apesar de não coincidirem com os grupos permanentes, podem ser compostas por vários destes grupos ou por elementos deles (Pocock, 1957:296). Consideradas como parte de uma totalidade, não são necessariamente complementares. Ao contrário, podem ser elementos disruptivos da unidade. Como grupos conflituivos, cuja coesão interna seria dada por interesses comuns, podem provocar disjunção (Pocock, 1957:295). Seu dinamismo obedece à dinâmica de interesses individuais e coletivos, condicionadores de oposições e alianças (Firth, 1957:293).

Seja no polo dominante ou no polo dominado de uma dada conjuntura regional, pode se observar a constituição de facções. De acordo com Daniel Gross, em geral as facções no Brasil rural regulam a vida social e política, pois o "controle social é alcançado pelo exercício do poder clientelístico dentro de facções" (1973:124). Embora o confronto entre facções se processe dialeticamente, observando-se assim profundas alterações sociais, a estrutura da sociedade, baseada na coerência entre relações de apropriação e dominação, via de regra é mantida, conforme observa Gross no caso específico do Nordeste rural brasileiro (1973:142).

É meu ponto de vista que estes conflitos conjunturais tem ressonância sobre segmentos do polo dominado. No interior deste, podem ocorrer conflitos ou alianças, onde repercutem os ajustamentos, atritos ou alterações entre os grupos dominantes. Os componentes étnicos desta correlação de forças possivelmente apresentam normas conflitivas captáveis e passíveis de análise.

De outra parte, tensões entre objetivos individuais e públicos no âmbito de um campesinato comunal acarretam conflitos entre membros do grupo; tendo por consequência a formação de facções em atrito, cuja constituição pode ser condicionada por determinações étnicas, na medida que, entre os recursos disputados; a terra; seja tradicionalmente de propriedade indígena e membros de grupos étnicos distintos, procedentes de outras regiões, considerem legítima

sua reivindicação.

As categorias étnicas, tomadas como elementos classificadores, são portanto suscetíveis de serem operacionalizadas, mesmo se em disjunção. Sua natureza ideológica não pode ser pensada de forma estanque em relação aos processos políticos observáveis na prática e presentes no discurso dos agentes sociais como representação da realidade vivida. As categorias étnicas adquirem conotações e significados distintos nas diversas situações em que são geradas. Na análise do processo, portanto, trata-se de verificar, em situações e momentos distintos, as oposições ideológicas emergentes do confronto entre interesses de agências e segmentos de classe da sociedade nacional contra os interesses do polo dominado, entre eles os do grupo Miranha. Por outro lado, em uma situação liminar, não se exclui a possibilidade de efetuar-se o encontro entre uma diversidade de categorias étnicas em processo. Seria o caso do reconhecimento por índios e não índios de um campesinato comunal, que vivem em condições de vida semelhantes, ou que ambos têm direito à terra.

III. A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

A ocupação da Amazônia foi iniciada, quando, vencidos os holandeses e espanhóis, a coroa portuguesa constituiu bases territoriais, espirituais e econômicas para garantir a sua soberania sobre a região (Reis, 1963:264). A expansão territorial foi obra dos sertanistas. A incorporação do gentio foi empreendida pelos missionários, cuja ação, iniciada com os "descimentos" no final do século XVIII, começou a fixar os indígenas, seja aldeando-os sem deslocá-los ou fundando missões para onde os conduziam (Reis, 1931:52). Em 1757, foi instituído o Diretório de Índios, inspirado pelo raciocínio pombalino de que para a soberania de Portugal no território brasileiro ter bases fortes e produtivas, era necessário a colaboração do índio, não mais como mão de obra escrava (o que de fato se observava apesar da ação das missões) e sim liberta. Mas os diretores de índios foram despóticos no tratamento do gentio (Melatti, 1977:43).

A extração de drogas do sertão, atividade econômica mais importante até o início da frente seringalista, teve pouca significação em termos populacionais. Desde a época da colônia, o negociante sediado em Belém supria de mantimentos a empresa coletora de drogas do sertão, para receber em pagamento, ao fim da expedição, o produto físico recolhido. Realizava-se assim o aviamento, ou seja, "fornecer mercadorias a crédito para receber produtos em espécie" (Santos, 1977:125). Esta prática foi generalizada com a introdução da navegação a vapor em 1852, que deu forte impulso à economia. O tempo no vapores da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas era "reduzido a menos de 1/6 e se transportava vinte vezes mais mercadorias" (Oliveira Filho, 1979:120).

Data da mesma época a instituição da lei nº 601 de 18.8.1850, a "Lei de Terras". Ela vai ser consolidada de forma desigual nas diferentes regiões, mas a partir de então estava formulada juridicamente a condição de mercadoria para a terra, tornando-se esta suscetível de apropriação legal.

À frente seringalista, funcionando em moldes capitalistas, e sendo seu surgimento associado à demanda do mercado internacional, sempre esteve condicionada à dinâmica do capitalismo financeiro. Articulado a esta frente ocorreu, em 1977, o "início da grande imigração nordestina" (Santos, 1977:12).

A existência do banco era condição para o aviamento: as ca

As aviadoras recebiam empréstimos do exterior, seja diretamente, seja através de governos locais. Compravam mercadorias industrializadas européias dos importadores. Estas mercadorias eram distribuídas pela cadeia de aviamentos que efetivamente funcionava como um mercado. As casas de aviamento recebiam como retorno a borracha, com a qual pagavam a dívida contraída. Esta borracha era colocada no mercado internacional pelos exportadores (Santos, 1977:50):

Nos seringais, ao contrário, prevalecia o escambo. Os agentes sociais envolvidos aí são o seringalista, o arrendatário, o gerente aviado e os seringueiros. As mercadorias são aviadas aos seringueiros, sendo anotado no "borrador" se ele tem "saldo" ou "dívida". Apesar do registro ser efetivado em valor monetário, é frequente circular pouco ou nenhum dinheiro nos seringais. Os "patrões" (sejam seringalistas ou comerciantes) e os "regatões" (não são necessariamente considerados "patrão" pelos "fregueses" porque apesar de possuírem barco para transportar as mercadorias são itinerantes), detendo os meios de transporte para a comercialização, controlam o fornecimento dos aviamentos. Têm, assim, certa margem de manipulação dos preços dos produtos em transação. Sendo generalizado o endividamento do seringueiro, ele fica, quando acumula dívida e não saldo, sujeito ao patrão e ao regatão. Estes mecanismos permitiam que o excedente criado pelo trabalho nos seringais fosse extraído e transferido pelas casas aviadoras ao mercado internacional.

A instauração de empresa seringalista implicou na consolidação de uma agricultura de subsistência, cujo excedente tornou-se comerciável. Por outro lado, a coleta de castanha também se inscrevia dentro dos mesmos mecanismos de comercialização caracterizados pela instituição do aviamento (Santos, 1977:60). A empresa seringalista pode ser pensada assim como uma frente extrativista à qual estão associadas duas outras atividades econômicas: a mercantil e a agrícola (Oliveira Filho, 1979:132).

A frente seringalista significou a ocupação efetiva do território amazônico. Se seu climax durou poucas décadas, não tardou porém a crise: na época da primeira guerra mundial, a produção cultivada do extremo oriente inundou o mercado, baixando o preço da borracha. Mas a terra das várzeas permitia a agricultura, e os seringalistas e comerciantes, embora muitas vezes falidos, dominavam a economia e a política locais. Os índios, e os migrantes nordestinos foram forçados a adaptar-se aos tempos de déficit da máquina mercantil e seringalista (Tastevin, 1921:442).

IV. HISTÓRIA DO CONTATO

A) OS CRONISTAS (1)

A História da Amazônia, encarada do ponto de vista dos Índios, tem sido a história da apropriação de seu território, de seu trabalho. Sabe-se através de cronistas que, anteriormente ao contato, Índios da região do Japurá-Solimões e em particular os Miranhas, não constituíam uma unidade. Inimizades intertribais eram motivo de guerra e as distintas hordas dos Miranha, de dialetos diversos, brigavam constantemente entre si, sendo usual o costume de comer os prisioneiros inimigos. Os Miranhas, que tradicionalmente habitavam entre o Içã e o Japurá, foram estimados por Martius em 6.000 no ano de 1820 (1976:210).

Quando o extrativismo das drogas do sertão e o apresamento de escravos indígenas eram as principais atividades econômicas na área, os Miranhas participavam delas, colaborando com o tráfico, e vendendo aos comerciantes, além de cativos de tribos ou hordas inimigas, seus próprios filhos (Koch-Grunberg, 1909).

Segundo Tastevin, conflitos entre caucheiros colombianos e peruanos na região do Putumayo, no final do século XIX, levaram os colombianos a se deslocarem até o Caquetá (alto Japurá) onde viviam os Miranhas. O rio Japurá, até então praticamente desconhecido, foi retalhado, dirigindo-se a ele grande corrente migratória (1921:442). Muitos Miranhas morreram na extração do caucho (Koch-Grunberg, 1910: 313).

B) RELATOS DOS MIRANHAS (2)

Em torno de 1910 os Miranhas viviam no alto Japurá, onde sofreram conflitos com os "colombianos". Muitos morreram e o restante se dispersou. Cerca de 50 sobreviventes Miranhas, liderados por José Trovão, migraram para onde vivem hoje, às margens do lago do Uarini. Este foi um momento crítico para o grupo Miranha enquanto tal. Além de abandonarem seu território tradicional, perderam grande parte de suas tradições, como a própria língua, e passaram a se casar com pessoas de fora do grupo, inclusive brancos. Conforme conta Antonio Cavalcanti, um velho Miranha:

"Aí o Trovão não queria que os pequenos falasse gíria. Aí ele separava os grandes dos pequenos. Ele queria que só conversasse na língua do branco..."

Ainda que delimitado pelo SPI, o território da aldeia do Miratu era ameaçado, pois o inspetor de Índios arrendara a aldeia à família Motta, que dominava o comércio no lago. Desde então, os Miranhas vêm sendo submetidos a estes comerciantes, vendendo-lhes farinha e castanha em troca de bens necessários à sobrevivência.

Em torno de 1950, duas epidemias atingem o grupo. A morte do chefe provoca a agravação dos conflitos sociais e étnicos, pois a existência do chefe mantinha o grupo organizado. As terras são invadidas, muitas vezes com auxílio da polícia.

Ainda segundo relatos dos Miranhas, a instalação do INCRA em Tefê em 1962 permite a aquisição de títulos de propriedade da terra. Membros do próprio grupo e também elementos de fora procuram o INCRA, acirrando-se os conflitos. Adriano Pereira de Souza, um dos membros da comunidade, é eleito tuxaua após ter descoberto que a posse da terra era garantida pela FUNAI. Esta organização espontânea em 1964 começa a ser incentivada pelo MEB, que hoje conta com 40 comunidades rurais no município de Tefê, entre elas quatro indígenas. Os objetivos do MEB (grupalização, alfabetização, suplência e qualificação) estão de acordo com a "opção preferencial pelos pobres" traçada na Conferência Nacional dos Bispos em Medellin e adotada em 1970 pela Prelazia de Tefê. Esta em 1981 será elevada a Diocese.

C) CONJUNTURA REGIONAL (3)

O POLAMAZÔNIA, cujos objetivos foram traçados em 1974, menciona como principal característica do Polo Juruá Solimões (localizada entre os rios Juruá, Solimões e Coari), tratar-se de uma área identificada pelo Projeto Radam como uma das concentrações florestais mais expressivas da Amazônia, "prestando-se portanto para aproveitamento madeireiro em bases econômicas" (Minter, 1976:24).

De acordo com os relatórios do Minter, no decorrer dos anos de 1975 até 1981, foi criada infraestrutura urbana em Tefê, Coari, e Eirunepê, considerados os núcleos urbanos de apoio para o desenvolvimento da área. No caso de Tefê, eixo central do Polo Juruá Solimões, as principais consequências da implantação do programa foram a instalação de uma filial do Banco do Brasil e de um escritório da EMATER, em 1975, e de uma filial da Cooperativa de Produtores Rurais, sediada em Manaus. Foi construído também o Campus Avançado da Universidade de Juiz de Fora, com verbas do Projeto Rondon. Em 1980, a cidade tinha 30.786 habitantes (FIBGE, 1980).

A população regional ribeirinha pratica tradicionalmente o ajuri, ou troca de trabalho, constituindo assim comunidades espontâneas às margens do Solimões ou outros rios, como Juruá, Jutai, Japurá, Coari. Estes movimentos comunitários espontâneos condicionaram uma apropriação coletiva de terras devolutas, semelhantes ao caso citado da Aldeia de Miratu, distinguindo-se desta pelo fato de não estarem sob tutela da FUNAI.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 1975, do total de 2070 estabelecimentos, 1922 eram de terras ocupadas, e 534 de terras próprias, sendo que dos 5.309 hectares do município de Tefé, 5.018 hectares não tinham declarações de propriedade e eram portanto terras devolutas. Mas o controle da comercialização do resultado da atividade produtiva destas comunidades, cabia inteiramente aos comerciantes. Ligados ao capital comercial e usurário, e detendo os meios de transporte (barcos) necessários à comercialização, os comerciantes dominavam o poder local, controlando a compra e a venda das mercadorias. Comunidades de pequenos produtores transferiam assim a "renda", resultado do trabalho sobre a terra, aos comerciantes, através de relações de clientelismo. A produção era financiada antecipadamente por mercadorias, e os lavradores e coletores eram obrigados pela dívida a entregar o resultado de seu trabalho (conforme os relatos de regionais).

A Prelazia acionava uma força contrária, sendo afirmado em Tefé que a Prelazia é "uma pedra no sapato dos comerciantes". Mas isto não representava uma alteração das relações de sujeição/dominação existentes.

A partir de 1975, o financiamento pelo Banco do Brasil aos "miniprodutores" transformou esta situação. Os financiamentos eram individuais, e os projetos elaborados com o auxílio da EMATER. Os "miniprodutores" passaram a poder ser financiados pelo Banco, diretamente, sem necessidade de título de propriedade da terra, bastando para isto um documento de identidade e o CPF. Caso fossem possesores, o proprietário deveria assinar uma carta de anuência, ocorrendo o mesmo com o tuxaua, quando a terra fosse indígena. Os moradores do Miratu contam que passaram a ter dois "patrões". Só que a partir de então, eram financiados a dinheiro, seja pelos comerciantes ou regatões, seja pelo Banco. Sentem-se, porém, lesados por qualquer um deles, pois os juros que devem pagar ao Banco e as dificuldades de transporte tornam seus gastos maiores que os ganhos. A instalação da Cooperativa, por outro lado, não modificou a estrutura de dominação local, pois compra e vende a preço de mercado, é o que afirmam os Miranhas.

Na década de 70, tomou corpo, desta forma, um terceiro ator na cena do poder local em Tefê: as agências de governo representadas pelos técnicos, sem que se alterasse a estrutura de classes na região.

Notas

- (1) Foram utilizadas para este ítem fontes secundárias de informação: diários de cronistas, viajantes ou etnólogos que conheceram a região. Como a sua visão foi unilateral, deve-se enfatizar o caráter interpretativo desta compilação.
- (2) Apesar da memória social do grupo revelar dados referentes à sua vida no alto Japurá, apenas pode ser alcançada certa coerência cronológica a partir do momento em que migraram para o lago do Uarini, onde vivem hoje, em condições de vida semelhantes aos lavradores não índios seus vizinhos. Convém notar que podem ter sido omitidos dados no momento de sua coleta. Como não foi usada de maneira geral gravação (exceto dois momentos: uma assembléia indígena e uma entrevista a Antonio Cavalcanti), alguns fatos podem estar distorcidos ou erroneamente interpretados.
- (3) Foram utilizados para este item os relatórios do MINTER, o relatório à FUNAI da antropóloga Silvia Tafuri. Foram utilizados também dados obtidos mediante observação direta.

D) IDENTIDADES ÉTNICAS

1. APROPRIAÇÃO COLETIVA E INTERESSES INDIVIDUAIS

A aldeia do Miratu é considerada de propriedade comunal, assim como o castanhal, mas as roças são de propriedade de cada família. Praticam largamente o ajuri, ou troca de trabalho, costume que constitui tradição em toda a região. Segundo o atual tuxaua, Lino P. Cordeiro, existem roças de tamanhos diferentes, porque o que se troca é o resultado do trabalho e não o tempo ou o preço do trabalho. Dependendo da ambição ou da necessidade da família, assim as roças são de tamanhos diferentes, afirma o tuxaua.

Observam-se contudo contradições dentro do grupo entre a apropriação coletiva e familiar do terreno. Durante uma assembléia, o antigo Tuxaua Adriano Pereira de Souza esclareceu da seguinte maneira uma discussão acirrada entre membros do grupo sobre o que era de quem:

"Essa propriedade é nossa. Dentro dessa propriedade gratuita que é de todos, tem o lugar para a roça de cada um que dividi bocalmente. Mas, englobando tudo, é nossa. A propriedade é nossa".

A coleta da castanha é realizada com a participação de toda a comunidade. Mas a utilização do castanhal é sempre motivo de grande disputa, o que revela conflitos internos ao grupo. Segundo um depoimento de uma moradora da aldeia:

"Seu Adriano queria fazer uma cooperativa de castanha, mas aí pintava mão de gato aqui dentro mesmo, aí eles brigavam pela castanha, aí o movimento não foi pra adiante. Acabou em nada. Aí eles soltam pros marreteiros. São desunidos. Aí eles tiram a castanha de quem já está botando. Se tornou em nada... Na hora da reunião, eles falam que fazem o trabalho. Mas depois, começam com safadeza..."

Visto que o terreno é comunal, e de "propriedade" dos índios, emergiam identidades em discussões em que disputavam o uso deste terreno. Seriam objeto desta disputa o castanhal, capoeira, etc., e os Miranhas acionavam as identidades na reivindicação desta apropriação. Ser "filho da terra" e não ser "filho da terra" opunham-se como fatores de pertinência ou não ao grupo, em disputas por recursos. Isto se aclara no depoimento de Marilza:

"Se eu fosse chefe, dona Priscila, eu não deixava ninguém de fora tirar a castanha. Porque aqui tem gente de fora que não é caboclo que tira a castanha. Eles moram aqui dentro do Miratu. Eu já conversei com o Lino, com o Adriano. Eles falam que eu só quero tudo pra mim. Eles já tiraram tudo desta terra e ainda vão ti

rar a castanha? Eu na minha mente não consente com isto. Eles fazem canoa, tiram madeira, e tiram financiamento com esta terra...Eles não fazem casa, não fazem nada. Este moço daí, já fez financiamento com esta terra, já comprou máquina, motor, tudo com o dinheiro desta terra".

2. ETNIAS

A terra delimitada pelo antigo SPI pertencia aos Miranha. Os "herdeiros da terra" seriam portanto, eles. Mas com o abandono do território tradicional e toda a sorte de pressões externas, houve uma tentativa de escamotear a identidade Miranha (segundo o depoimento de Antonio Cavalcanti) por parte de José Trovão, um antigo Tuxaua. Além disso, muitos Miranhas morreram e houve necessidade para a sobrevivência do grupo de casamentos intertribais e interétnicos.

"Aí os colombianos se danaram, e foram matando os índios. Aí eles fugiram...Aí vieram de lá...Aí então José Trovão sabia que tinha muito índio espalhado. E como ele era tuxaua, queria juntar prá ageitã aqui na aldeia dos índios. Aí aqui já tinha. Então, com o que tinha aqui, os de lá ele ia chamando prá cá...Aí o Trovão não queria que os pequeno falasse giria. Aí ele dizia: Um dia vocês vão aprendê prá sê branco.... Aí, quando eles ia dançã na dança deles, aí ele mandava os pequeno dormirem...Aí foi morrendo quase todo o mundo. Foi morrendo das moléstias...Sobrou pouquinho mesmo, mas mesmo assim foi morrendo. Sobrou papai, mãe, o pai do Adriano (antigo tuxaua, irmão da mãe do atual tuxaua). Esta velha, mãe do Adriano, (avô do atual tuxaua)...não é cabocla legítima não. Ela é Mura, do baixo Amazonas. O tuxaua queria que casasse com branco prá aprendê a língua, por isso ficou tudo cruzado...Agora tô eu sozinho, no meio dos caboclo..."

Observa-se hoje, no âmbito da aldeia do Miratu, uma profusão de identidades étnicas, organizadas em facções que disputam poder e recursos econômicos. O grupo não forma, portanto, uma unidade. Ao contrário, identidades emergentes de conflitos concretos apresentam-se em disjunção.

Se as categorias "Índio" e "não Índio" forem tomadas como as mais inclusivas, a primeira engloba os "miranha", "tukuna", "mura", "de outra nação". Na segunda categoria, podem ser classificados: "cruzado", "amazonense", "cearense", "caboclo", "peruano", "arigô", etc.

"Os Miranha, tudo era parente para eles. Agora não. Agora tem os que é parente e tem os que não é parente. Não somos mais o sistema deles. Agora tem os que considera branco, os que considera caboclo, aí nem pode se unir, né?...Aí entrou esses outros, que

jã era cearense, nã? Cruzado, que não era caboclo. Antes vinha os brancos, mas sã visitar. Não vinha morar aqui dentro. Sã era mesmo os caboclo que morava" (Depoimento de um Miranha, filho de Antonio Cavalcanti com uma Miranha).

Pode-se supor que o informante se refere aos Miranhas como outros porque, como seu depoimento explicita, a organização do grupo foi fragmentada com a entrada de elementos de fora. Foi afirmado que elementos de fora disputaram o poder, mas o grupo não permitiu, senão "ia rebaixar de vez os caboclos". Mas a identidade indígena é acionada para garantir a chefia Miranha e conseqüentemente defender a "terra dos Índios".

"Muitos brancos, dona, queriam tirar esta terra da gente...Quando num tinha a tutela, aĩ que a gente fi cava sem rumo..."Aĩ que apareceu o Adriano. Aĩ depois de muito tempo, que ele pelejou, aĩ teve a tutela de novo..."(Depoimento de Antonio Cavalcanti).

Em uma discussão a respeito da propriedade de uma capoeira, a afirmação da identidade indígena não implicava a negação de outra identidade. A maioria do grupo em assembléia acabou por concluir que o "índio" ("herdeiro da terra") identificava-se com o arigõ, reconhecendo-lhe, considerando-o um "bom cooperador", o direito de "herdeiro da terra".

A estratégia, porém, do tuxaua, é aliar-se à facção que reivindica a terra para quem trabalha de acordo com os objetivos da comunidade, sendo ou não legítimo Miranha. Se for um bom "cooperador", ele tem direito a ser "herdeiro da terra".

"Pode ter um filho da terra que saiu para procurar a melhora dele e um homem de fora que veio e é bom cooperador. Eu fico com o de fora" (Depoimento de Adriano em assembléia).

Fora do âmbito da aldeia, as identidades mais inclusivas seriam também as de "índio" e "não índio". A primeira categoria engloba "miranha", "cambeba", "mayoruna", "tukuna", etc. A segunda, "mineiros", "caboclos", "brancos", etc. Seriam considerados "mineiros" os representantes da sociedade nacional que não são procedentes da região e em geral exercem funções técnicas em agências do governo como o Banco do Brasil, a Emater, o Projeto Rondon, etc.

Os "índios" e "caboclos" seriam unificados no discurso dos "mineiros", considerados por estes como "a mesma coisa", preguiço-

sos, etc. Afirmaram em Tefê que certo "mineiro", funcionário da Emater, tinha em sua propriedade dois empregados e um índio. Ao índio, ele não pagava salário. Tal afirmação evidencia o caráter ideológico das identidades étnicas, ocultando contradições concretas. O discurso dos "caboclos", pode expressar uma recusa a serem identificados como "índios".

Mas de um terreno de oposições, podem surgir identificações entre categorias contraditórias como "índios" e "não índios", ou distintas nações indígenas.

O tuxaua Lino P. Cordeiro, por exemplo, insatisfeito com a tutela da FUNAI, fundou em 1979, junto com outros produtores não índios de Tefê, o sindicato de trabalhadores rurais na região, tendo em vista defender junto com eles os seus direitos. Categorias diversas reconhecem assim que pertencem a um grupo dominado dentro da sociedade de classes. Este seria um indício de alianças entre grupos étnicos distintos, e tradicionalmente opostos. O processo de identificação assume conotações políticas, na dinâmica das tensões sociais.

De outra parte, parece sugestiva a emergência da categoria "índio" em um sentido genérico. Esta categoria surge no discurso da Prelazia de Tefê, que vem organizando assembléia entre nações indígenas em sua área de atuação. Ela aparece, por outro lado, com um sinal positivo no discurso de muitos Miranhas, Cambebas, Mayorunas. Estes vem organizando assembléia intertribais mesmo sem o apoio direto da Prelazia, assembléia que possibilitam um momento de identificação intertribal, onde o índio fala em seu próprio nome. Nestas assembléias, grupos diversos descobrem suas diferenças e semelhanças, na discussão dos problemas que os atingem. Os Miranhas, por exemplo, tendo conhecido os Kanamaris em uma assembléia intertribal, falam deles como um grupo que, apesar de ter mantido as tradições e a língua, é mais explorado pelos "patrões", pois no Alto Jutai onde moram o clientelismo do seringal os submete totalmente. Sem que seja alterada a realidade das relações de sujeição dominação a qual estão submetidos, nem se vislumbre a possibilidade disto, são questionados nestas assembléias o individualismo de membros do grupo, e as relações de patronagem.

Apesar de portadores de interesses distintos, etnias diversas pertencentes a um mesmo segmento de classe, se bem que cindido, podem identificar-se. A utopia se faz presente em indício de alianças políticas entre identidades conflitivas.

V. ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

Este projeto propõe a análise sistemática da situação atual dos índios no município de Tefé. Serão examinadas portanto as relações entre os agentes sociais em interação nesta situação. Trata-se de uma região onde a oposição entre índios e não índios é significativa, e o objetivo do estudo é operacionalizar e interpretar a dinâmica destas oposições. É necessário o estabelecimento de um estudo intensivo de caso através do qual sejam observadas as atividades concretas dos agentes sociais mediante técnica de observação direta. De outra parte, as representações que os agentes fazem de sua situação vivida serão coletadas por entrevistas a atores que possam revelar informações pertinentes.

Para a observação direta das interações, será empregada a técnica da análise situacional, com o objetivo de captar as cisões e alianças entre os grupos enfocados, a cooperação ou o conflito. A observação visará a interpretação do sistema em termos de "normas conflitivas" (Van Velsen, 1967:141). Como o processo real seguramente apresenta não apenas o previsível por uma suposição probabilística mas com frequência surpreende o pesquisador com excessão às regras e fatos insólitos, as "normas conflitivas" que governam as relações apenas poderão ser apreendidas após a observação de uma grande variedade de situações. No caso de ocorrer desvio de certas normas, deve ser procurada a razão do desvio, e verificado se ele é frequente ou excepcional. Neste sentido, deverão ser escutados os diversos atores envolvidos na situação (uma disputa por terra, por exemplo). Caberá ao pesquisador desvendar a correlação entre as várias atitudes posições e interpretações dos atores, realizando concomitantemente uma exegese do que poderia a seu ver ser uma tomada de posição ou interpretação "correta" (Van Velsen, 1967:145).

A fonte de dados privilegiada na observação serão as disputas, onde se supõe que possam ser revelados os diversos interesses em jogo, os possíveis agrupamentos, as contradições entre o indivíduo e a coletividade, a composição de relações permanentes ou instáveis, a colaboração ou a cisão. Pretende-se assim verificar a relação entre a etnicidade e os conflitos sociais e políticos, captar o processo de categorização e classificação. Convém acentuar a necessidade de vigilância no tocante em não interpretar como sintoma de desagregação aquilo que é inerente ao processo de ajustamento social, em outras palavras: em que sentido as "normas conflitivas" são necessárias ao ciclo do corpo social (Van Velsen, 1967:147).

Partindo do pressuposto que as relações sociais são de caráter dinâmico, convém captar a dialética entre movimento e estrutura, persistência e mudança (Turner, 1974:32). Pode-se atribuir, neste sentido, às situações que se pretende observar, um caráter dramático. Elas constituiriam, desta maneira "dramas sociais", definidos por Turner como "episódios públicos de irrupção tensional" (1974:33). O autor prescreve, portanto, que se isolem e descrevam tais "unidades do processo social" (1974:33), com atenção à sua forma processual. As disputas poderiam ser confrontadas com situações, onde a cooperação prevalecesse sobre o conflito. Estaria envolvido aí, segundo o autor, "o estudo do processo de comunicação, incluindo as fontes de pressão que acarretam a comunicação dentro e entre os grupos" (1974:37). Deve-se perceber, portanto, as diversas relações de força no "campo político", em diversos momentos, observando-se a "natureza e a intensidade das relações entre as partes" (classificando-as em grupos ou subgrupos), ou seja: como elas se opõem ou aliam, se encontram em conflito ou coesas.

Convém acentuar que o estudo de caso se propõe a revelar a rede de relações subjacentes às situações observadas. Neste sentido, o grupo indígena (a aldeia do Miratu) pesquisado não constitui uma unidade isolada no espaço e no tempo. A descrição dos conflitos verificados no âmbito da aldeia durante o período da pesquisa, não é portanto suficiente para sua análise, pois estes conflitos e relações de colaboração estão intrincados em um "campo político" mais vasto. Como os Miranhas frequentam com regularidade a cidade de Tefé, onde estabelecem relações com agências e instituições da sociedade nacional, e com outros grupos indígenas ou comunidades não indígenas, uma etnografia completa deverá abranger a descrição destas relações, acompanhando os Miranha em suas viagens à cidade. Os "Recreios", barcos regionais que transportam passageiros e carga, são um palco importante para as "cenas" a serem observadas. Neles são efetuadas transações entre comerciantes e produtores, as pessoas discutem os seus problemas e conversam sobre a situação vivida.

Em Tefé, de outra parte, serão estabelecidos canais com representantes de grupos dominantes na conjuntura regional, como padres, técnicos ou comerciantes, e obtidas informações relevantes para a situação dos índios e camponeses no município. Estes dados serão colhidos seja através de entrevistas, seja pela coleta de comentários informais.

Como o foco de pesquisa incide sobre as relações interétnicas

e intertribais, as aldeias do Méria, Marajá e Jaqueri serão visitadas; e selecionada uma delas onde será empreendido um estudo intensivo de sua situação, e captadas as ditas relações.

Durante a pesquisa, seria oportuna a investigação da visão que membros de um grupo comunal não indígena constroem sobre os Índios, e a verificação da existência de relações de solidariedade ou oposição interétnica, dentro de um mesmo segmento de classe.

Durante o período de campo, serão realizadas entrevistas gravadas, para colher o material necessário a uma análise de discurso constituído pelas representações que os agentes fazem das relações interétnicas e detectar os limites entre os grupos étnicos atribuídos pelos agentes. Informações referentes à representação do grupo a respeito do território, das facções e disputas políticas internas ou referentes ao contato, e à situação do grupo na sociedade serão também colhidas nestas entrevistas. Por outro lado, serão desenhadas genealogias que expressam as redes de relações entre os agentes, alianças matrimoniais e políticas.

A técnica da observação direta será empregada em assembléias indígenas, momento onde os interesses em conflito afloram, ou são estabelecidos acordos. Nelas podem ser obtidos dados referentes às relações interétnicas e intertribais, assim como outros fatores econômicos, políticos ou sociais do momento histórico vivido pelos agentes (ex: conflitos por terras, organização sindical, etc).

Durante a permanência no campo, certamente ocorrerão eventos festivos, ou rituais, como carnaval, festa de "levantamento do mastro", "festa da farinha", etc. Estes eventos são importantes para a observação da rede de relações. Por outro lado, formas de organização étnica são suscetíveis de emergir durante tais festejos. Eles serão, portanto, objeto de uma observação detida e descrição minuciosa, pois podem revelar dados significativos na posterior etapa de análise dos dados.

Será realizado também, durante a pesquisa, um levantamento completo dos dados referentes aos Miranhas e à região de Tefé. Serão vasculhados em Bibliotecas, Museus, Arquivos e Instituições públicas em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Manaus.

BIBLIOGRAFIA

BALANDIER, Georges

1969 - *Antropologia Política*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo - DIFEL.

BARTH, Friedrich

1969 - "Introduction" In: *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Culture Difference*, org. por F. Barth. Boston, Little Brown & Co.

BATES, Henry Walter

1944 - *O Naturalista no Rio Amazonas*. São Paulo, Ed. Nacional.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

1962 - "Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil". Rio de Janeiro, *América Latina*, ano V, nº 3.

1972 - *O Índio e o Mundo dos Brancos*. São Paulo, Pioneira.

1976 - *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Pioneira.

1978 - *Identidade e Estrutura Social*. CIS/Série Antropologia Social nº 21/UnB-FUB.

ELIOT, T.S.

1980 - *Poesia*. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

FIBGE

1957 - *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol. XIV, Rio de Janeiro.

1980 - *Censo Demográfico do Amazonas*.

FIRTH, Raymond

1957 - "Factions in Indian and Overseas Indian Societies" - "Introduction" *British Journal of Sociology*, nº 8, p.291-295.

1971 - "Significado da Antropologia Social" - *Elementos da Antropologia Social* - Buenos Aires, Amorrortu.

GLUCKMAN, Max

1958 - *Analysis of a Social Situation in Modern Zululand* - Manchester University Press.

1967 - "Introduction" - *The Craft of Social Anthropology* - org. Van Velsen, Social Science Paperbacks - Tavistock Publications.

1968 - *Politics, Law and Ritual in Tribal Society*. Chicago, Aldine Publishing Company.

1979 - "Rituais de Rebelião no Sudeste da África" - *Cadernos de Antropologia/CIS*. Editora Universidade de Brasília.

GROSS, Daniel

1973 - "Faccionalism and Local Level Politics in Rural Brasil" - *Journal of Anthropological Research*. Vol. 29 nº 3.

JOBIN, Anísio

1937 - "*Panoramas Amazônicos*" - III - *Teffé*. Manaus, Phoenix.

KOCH-GRUNBERG, Theodor

1909 - *Zwei Jahre Unter den Indianern - Reisen in Nordwest Brasilian 1903/1905*. I. Berlin (tradução de Dayneá Faulhaber Barbosa).

1910 - "Die Miranya" - (rio Yapurá - Amazonas) - *Zeitschrift fur Ethnologie*. XVIII, Berlin (tradução de Dayneá Faulhaber Barbosa).

MARTINS, José de Souza

1975 - *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora.

1980 - *Expropriação e Violência*. Coleção Ciências Sociais. São Paulo, Hucitec.

1980 - "A Sujeição da Renda da Terra ao Capital" - *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 22. abril, p. 199-223.

MELATTI, Júlio Cezar

1977 - "Quatro Séculos de Política Indigenista" *Atualidade Indígena* nº 3. FUNAI, Brasília, p. 38-45.

1979 - "Polos de Articulação Indígena" *Atualidade Indígena* nº 18. Brasília, p. 17-28.

1980 - *Índios do Brasil*. São Paulo, Hucitec. 3a. edição.

MINTER

- 1976 - *Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia*. Brasília.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de

- 1977 - *As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tukuna* - Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade de Brasília.

- 1979 - "O Caboclo e o Brabo" - *Encontros com a Civilização Brasileira* nº 11. p. 101-140.

- 1980 - *A Fronteira e a Possibilidade do Campesinato Indígena* (mimeo).

POCOCK, D.

- 1957 - "Factions in Indian Societies" II - *British Journal of Sociology* 8, p. 295-306.

REIS, Arthur Cesar Ferreira

- 1931 - *História do Amazonas*. Manaus, Editora Tipografia de A. Reis.

- 1963 - "A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico" - *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, Vol. 1, São Paulo, DIFEL - Sergio Buarque de Holanda (org.).

SANTOS, Roberto

- 1980 - *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz.

SHANIN, T.

- 1980 - "A Definição de camponês: conceituações e desconceituações" *Trabalho e dominação*, São Paulo, Estudos CEBRAP.

SPI

- 1928 - 1942 = *Relatórios da 1ª Inspeção Regional*. p. 136-264.

SPIX e MARTIUS

- 1976 - *Viagem pelo Brasil - 1817/1820*. Vol. III - Edições Melhoramentos INL.

SWARTZ/TURNER/TUDEN

- 1966 - "Introduction" - *Political Anthropology*, Swartz, Turner, Tuden (orgs.), London. Aldine Publishing Company.

TAFURI, Silvia

- 1977 - Relatório sobre a aldeia do Miratu, apresentado à FUNAI
(sem título).

TASTEVIN, Constant

- 1921 - "Une Course Apostolique au Fleuve Japoura - Caquetá" -
Les Missions Catholiques. Lyon, nº de 17 de agosto a 4 de
novembro.

TURNER, Victor

- 1974 - *O Processo Ritual*. Petrópolis, Vozes.

- 1975 - *Dramas, Fields and Methaphors - Symbolic Action in Human
Society*. Ithaca and London. Cornell University Press.

VALLE DE AQUINO, Terri

- 1977 - *Kaxinauã - De seringueiro 'Caboclo' a Peão 'Acreano'* -
Brasília/UnB (mimeo).

VAN VELSEN, J.

- 1967 - "The Extended Case Method and Situational Analysis". *The
Craft of Social Anthropology*. Epstein (Ed.) Great Britain
Social Science Paperbacks.

VELHO, Otávio

- 1972 - *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. São Paulo, Zahar.